



TRANSFORMAÇÕES DA ESSÊNCIA DO TRABALHO NA ERA DO CAPITAL: algumas considerações acerca do trabalho no modo de produção capitalista.

Elaine Cristina da Silva

RESUMO

O presente texto busca refletir acerca das transformações ocorridas na essência do trabalho na era do capital, apresentando aspectos que evidenciam a forma como o trabalho perde seu sentido original – como atividade essencial para a vida humana, que expressa sua condição social e de criação de valor – e transforma-se em trabalho como mercadoria, como fator para responder às necessidades do capital.

Palavras – Chave: Trabalho, Capital e Mercadoria.

ABSTRATC

This paper aims to reflect on the changes taking place in the essence of the work was in the capital, with aspects that highlight how the work loses its original sense - as an activity essential for human life, expressing their social and value creation - and turns into labor as a commodity, as a factor to meet the needs of capital.

Keywords: Labour, Capital and Goods.

Objetivando traçar algumas implicações a respeito da categoria trabalho, parte-se da perspectiva marxiana, que concebe o trabalho como um processo no qual participam homem e a natureza, onde o homem incide uma ação sobre a natureza de forma a obter mudanças nele próprio. O trabalho, desta forma, é um processo conduzido pelo homem, que através de sua ação “impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. (MARX, 1985, p. 202)

Assim, segundo Marx (1985), o homem atua sobre a natureza, modificando-a, de forma a atender suas necessidades, e desta forma, modificando-se a si mesmo continuamente. Neste processo, o homem transforma objetos naturais, em objetos com um valor social, tanto pela sua finalidade, quanto pelo valor de uso aplicado a ele. Portanto, para Marx (1985, p.208):

O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é **condição necessária** eterna do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. [grifo nosso]

Desta forma, evidencia-se a importância do trabalho como condição inerente à vida humana, de produção e reprodução social, o que comprova a sua centralidade social. Assim o trabalho se configura como inter-relação entre os homens (sociedade) e a natureza nas suas variadas formas, que transforma o ser meramente biológico em ser social. Portanto, o trabalho pode ser compreendido “como atividade fundamental do ser humano, cuja ação se encontra em todo o tempo e todo o lugar, e é o centro e o fundamento do vínculo social”. (GONÇALVES, 2006, p.45)

O trabalho expressa a condição humana, de seres racionais, criadores de valores, que possuem a capacidade de antecipar, planejar suas ações e de criar, transformar o meio em que vivem. A diferença do homem perante os animais se faz a partir do momento em que ele começa a produzir para viver de forma consciente, antecipando e planejando suas ações. Isto significa o caráter teleológico do trabalho consciente do homem que o diferencia dos animais. Assim, o ser humano não age apenas em função das necessidades imediatas e nem se guia pelos instintos, como fazem os animais. Os homens são capazes de antecipar na sua cabeça os resultados das suas ações, sendo desse modo, capazes de escolher os caminhos que irão seguir. É como Marx (1985, p. 202) descreve, em “O Capital”:

O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

Desta forma, o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de erguê-la na realidade. Portanto, homens e mulheres vêm construindo historicamente suas existências, pois atendem suas necessidades dada a capacidade de preconceber o que vão fazer, isto é, a consciência humana potencialmente pode resolver os problemas de alimentação, habitação, vestuário, transporte, educação, todas de forma infinitamente recriadoras e de acordo com suas potencialidades, necessidades, intenções, interesses e os meios históricos.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhões de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter homens vivos. (MARX; ENGELS, 1987, p. 39)

Portanto, o trabalho configura-se como atividade essencial para a vida humana, como atividade que expressa a condição racional do homem, sua humanidade, sua condição de ser criador de valor e também sua condição de ser social, além de ser imprescindível para a manutenção da vida humana, que possibilita a produção de meios que satisfazem as necessidades bio-psico-sociais dos homens.

Assim, verifica-se que, em qualquer período histórico, a natureza concreta do trabalho estará vinculada a sua capacidade de produzir um valor de uso, com vistas à produção e reprodução da vida. Entretanto, conforme explica Araújo (2008, p. 11):

[...] para além desta natureza universal, comum a todas as organizações sociais, o trabalho também é *historicizado*. Ou seja, necessita ser situado sob determinada formação social. No interior do capitalismo, aquela natureza universal do trabalho que serve à satisfação das necessidades humanas é subsumida ao seu caráter *abstrato*, social geral, no qual o trabalho é transformado em mercadoria e medido pelo seu tempo de duração. Não importa mais o caráter útil do trabalho que produz valores de uso, mas sua propriedade de produtor de valores de troca. [Grifos do Autor]

Desta forma, o trabalho no modelo de produção capitalista passa a se caracterizar sobre outros aspectos, com objetivos menos sublimes, mais relacionados à lucratividade e competitividade, e não apenas a reprodução social dos homens e como mantenedor da vida humana, mas acima de tudo o trabalho se alicerça sob dois patamares principais: “quantidade de trabalho” e “trabalho como mercadoria”.

Segundo Marx (1985, p. 208):

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos.

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste dêles o que fôr imprescindível à execução do trabalho.

Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria [...] Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a êste o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho.

Para entender esta radical transformação do trabalho, faz-se fundamental compreender historicamente o advento do regime de acumulação capitalista, e que repercussões trouxe para as relações de trabalho e para a vida humana.

Sabe-se que no decorrer da história, o trabalho desenvolve-se nas diversas sociedades como condição essencial para a sobrevivência humana e ocorre de variadas formas, conforme as necessidades ali apresentadas, bem como, de acordo com os meios e as condições históricas. Nas sociedades primitivas, para atender as suas necessidades de subsistência, os homens utilizavam a caça, a pesca e a agricultura rudimentar. Posteriormente, conforme explica Silva (2007) no período escravocrata, nas sociedades grega e romana, o trabalho servil perpassa o feudalismo¹ na Idade Média e finalmente, a partir da Revolução Industrial, assume a forma de trabalho assalariado.

Nesta perspectiva, a Revolução Industrial ocorrida a partir do final do século XVIII, representa a transição do trabalho feudal para o trabalho assalariado, causando transformações no âmbito social, cultural, político e econômico. Essa constituiu-se basicamente na substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico, pelo modo de produção fabril, o que engendrou em profundas mutações que alteraram a relação do ser humano com o trabalho.

A Revolução Industrial causou um grande impacto sobre a estrutura da sociedade, num processo de evolução que foi acompanhado pela sociedade e pela tecnologia. Nesta lógica, o trabalhador passou a vender a sua força de trabalho aos donos do capital, estabelecendo uma relação mercantil, onde o trabalho passa a se configurar não apenas no

¹ O termo feudo tem origem discutível, pois alguns etimologistas afirmam que provém de um termo latino que significa fidelidade, enquanto outros lhe atribuem origem germânica, como significado de “terra recebida como recompensa”. O feudalismo torna-se difícil de definir porque teve grandes variações, considerando os aspectos político, filosófico, religioso, cultural, econômico e social. O feudalismo mudou nas diversas épocas, países e realidades em que foi analisado, mas teve algumas características básicas. Assim, o Feudalismo configura-se como uma forma de organização da sociedade, da economia, da política durante a Idade Média. No aspecto econômico, foi um sistema agrário pois a posse da terra era a fonte de subsistência. A produção da colheita destinava-se ao consumo local e não era comercializada. No aspecto social, era lançado nos laços de dependência entre indivíduos, com classes sociais fechadas, hierarquizadas e com profundas desigualdades entre seus membros. O poder político era repartido entre os senhores feudais e não existia um poder de Estado unificado. (VIANA, 1997, p. 604)

valor de uso, mas também, e acima de tudo, no valor de troca: uns compram a força de trabalho e outros a vendem, numa relação de compra e venda extremamente desigual. (ARAÚJO, 2008)

Desigual porque nesta relação de troca o trabalhador sai como entrou na produção, enquanto que o capitalista sai como proprietário da mais-valia produzida pelo trabalhador durante o processo de trabalho. (ARAÚJO, 2008) Antunes (2000, p. 21) afirma inclusive que “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da auto-realização expansiva do capital – tem sido o traço mais notável do sistema de capital desde sua origem”.

O modo de produção especificamente capitalista é, portanto, um processo de relações sociais entre classes, no interior do qual o potencial de trabalho, única mercadoria pertencente à classe trabalhadora, desenvolve sua específica e peculiar propriedade de produtora e reprodutora do valor. (ARAÚJO, 2008, p. 13)

Como consequência dessa relação de troca entre o trabalhador e o capitalista (que detém os meios de produção e do lucro), surge a grande contradição entre capital e trabalho, onde os proprietários detêm cada vez mais o poder e a riqueza em detrimento da subalternidade e da pobreza da “classe que vive do trabalho”.

Assim, o trabalho passa a se configurar de uma outra maneira e sobre outras perspectivas. Se no seu início visava à produção familiar de artigos para seu próprio consumo e subsistência, aos poucos foi-se expandindo, primeiro de forma artesanal e para um mercado regional estável, até se expandir, nas fábricas, visando um mercado amplo e competitivo. Se antes os que produziam eram proprietários de suas próprias ferramentas e matéria-prima, na nova configuração não possuem mais estes instrumentos, que passam a ser de propriedade do empregador capitalista, configurando um trabalho assalariado e realizado sob rigoroso controle e supervisão.

Com isto, a Revolução Industrial trouxe grandes transformações culturais e sociais, devido à oposição proveniente do contraste entre os donos do capital e meios de produção, conhecidos como capitalistas, com os operários, assalariados que cada vez mais habitavam as cidades, provocando um grande desenvolvimento urbano, excedente nas cidades e a criação de novos centros urbanos industriais, geralmente de forma precária, sem nenhuma infra-estrutura ou planejamento habitacional.

As mulheres e crianças também passaram a compor o contingente dos operários e de forma lucrativa, haja vista que recebiam salários inferiores ao dos homens. As crianças iniciavam o trabalho a partir dos cinco anos de idade, e desde cedo passavam a contribuir para o sustento de suas famílias.

Não havia garantias contra acidentes, muito menos benefícios sociais em casos de doença ou morte, e por isso centenas de pessoas morriam no chão das fábricas, devido a

grande repressão e coesão, jornadas de trabalho extenuantes, ambientes de trabalho insalubres e impróprios, falta de segurança, além da forte repressão e exploração, aliadas a práticas violentas, utilizadas como controle da mão-de-obra. Silva (2007, p. 80) exemplifica esta violência quando afirma que “em outras palavras, o capataz com chicote na mão foi substituído por regras rígidas e hierarquizadas, configurando-se métodos de dominação mais sutis, todavia não menos perversos e cruéis que os anteriores”.

Assim, como conseqüência da revolução Industrial tem-se principalmente o desenvolvimento econômico do mundo contemporâneo, o aparecimento das grandes indústrias, o grande comércio interno e internacional, a aplicação de conhecimentos científicos, de novas doutrinas sociais como o socialismo, o surgimento de grandes cidades, e acima de tudo, a rivalidade e competitividade entre as nações. (VIANA, 1997)

Porém, as maiores conseqüências foram a revolução do instrumental de trabalho utilizado pelos homens, com um caráter mais desenvolvido, que inaugurou um novo tempo histórico, o tempo da industrialização. As precárias condições de trabalho, que levaram milhares de pessoas a morrerem ou adoecerem ao longo da história gerando uma grande desigualdade social.

Aos poucos o mundo estava sendo tomado por um sistema racionalizado e automatizado de produção e consumo de massa de bens materiais de forma desenfreada, exigindo novas formas de organização do mundo trabalho, através de modelos econômicos que pudessem dar suporte ao sistema capitalista. “O intervalo entre a decadência do antigo e a formação e estabelecimento do novo constitui um período de transição, que sempre deve ser necessariamente marcado pela incerteza, pela confusão, pelo erro e pelo fanatismo selvagem e implacável.” (CALHOUN, apud Harvey, 1992, p. 115)

Com estas transformações e para que se pudesse materializar o regime de acumulação, foram instituídas uma gama de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação que garantiam a unidade e a coerência entre comportamentos individuais com o esquema de produção. Ou seja, a transformação não ocorreu apenas nas fábricas, mas na sociedade como um todo, instituindo-se novos padrões de comportamento nos indivíduos de forma correspondente com as necessidades do capital, como a do consumo, e, principalmente, descaracterizando a relação que o trabalhador tem com o seu trabalho, que passa a ser de forma totalmente alienada e estranha.

A relação do trabalhador com o seu trabalho e a forma como este se reconhece enquanto classe vai se precarizando na mesma medida em que o domínio do capital fica restrito aos mais ricos e as relações trabalhistas mais fragmentadas.

Segundo Harvey (1992), todo tipo de trabalho exige do trabalhador concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção, com o espaço organizacional e um conhecimento das potencialidades de transformação de várias

matérias-primas. Contudo, a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado causa um estranhamento entre o trabalhador e o que ele produz. A pessoa que de fato fez o trabalho perde o controle das decisões técnicas, perde parte do conhecimento, não se reconhece como produtora daquilo que ela própria produziu.

Desta forma, na sociedade capitalista, o trabalho passa a se configurar de uma outra forma: “deixa de ser uma realização humana, transformando-se no trabalho coisificado, estranho ou alienado, subjugado ao capital”. (SILVA, 2007, p. 82)

Segundo Antunes (2000, 21-22 p.) são características essenciais do trabalho no modo de produção capitalista:

- 1) a *separação e alienação* entre o trabalhador e os meios de produção;
- 2) a *imposição* dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o *mando sobre eles*;
- 3) a *personificação do capital* como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas – voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital;
- 4) a equivalente *personificação do trabalho*, isto é, a personificação dos operários como *trabalho*, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante: essa personificação reduz a identidade do sujeito *desse trabalho* e suas funções produtivas fragmentárias. [grifos do autor]

No trabalho alienado o trabalhador não se reconhece enquanto criador de sua própria obra, tornando-se escravo daquilo que ele mesmo criou. Assim, o trabalho torna-se alienado com relação:

- Ao objeto de trabalho: escapa ao trabalhador, pois não pertence a ele, podendo se voltar contra o próprio trabalhador, já que obedece as leis do mercado. Pode acarretar em falência e desemprego.
- Ao processo de trabalho: o operário se torna escravo da máquina, é um trabalho forçado e sofrido, o que não promove a liberdade de criação humana. O operário não se realiza no seu trabalho;
- À essência da humanidade: a auto-realização por meio do trabalho é subsumida, para se tornar um simples meio de sobrevivência, sendo confundido com uma atividade animal.

A forma como é instituído este estranhamento em relação ao trabalho se dá de variadas formas, e conta com uma série de instituições e representações sociais.

A familiarização dos assalariados foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem de ser renovado com a incorporação de cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho. A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital (...) envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação, elementos que têm que ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. (HARVEY, 1992, p. 119)

Assim, são instituídos nos homens, através da educação, da persuasão, treinamento, certos sentimentos sociais relacionados à importância do trabalho, como a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, à idéia que “o trabalho dignifica o homem”, além da relação psicológica da busca da identidade através do trabalho, a solidariedade social de cooperação entre os indivíduos, a manutenção do trabalho como mantenedor da saúde, dentre outras relações que alienam os homens a desempenharem um papel que na verdade responde diretamente à necessidade de organização da força de trabalho para propósitos de acumulação do capital.

Assim, ideologicamente é difundida a idéia de que trabalhar é fundamental, engenhosamente cultivada através das ideologias dominantes, pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado. É claro que trabalhar pode significar uma manutenção social, uma melhora financeira, garantia de saúde, criação de uma identidade, estar de acordo com normas e culturas, e até mesmo, satisfação pessoal e qualidade de vida. E de fato trabalhar é imprescindível para a vida humana e desempenha um papel importante na vida dos seres-humanos, mas ocorre de forma contraditória quando se analisa no âmbito do sistema capitalista.

Portanto, a relação em que o homem atua sobre a natureza procurando modificá-la para atender às suas necessidades é substituída por uma relação em que o homem transforma a natureza procurando atender as necessidades do capital. Se antes, ao modificar, transformar a natureza com o seu trabalho o homem modificava-se a si mesmo, agora ele não passa mais por esta transformação, apenas exerce seu papel de forma alienada, sem se dar conta que ele através de sua ação contribuiu para a reprodução social dos homens.

As mudanças no “sentido e importância” do trabalho, no mundo do trabalho de forma geral e as repercussões na subjetividade dos trabalhadores passaram por outras transformações ao longo da história, que vêm acentuar a precarização das relações de trabalho e a reforçar ainda mais a alienação e a subalternidade dos trabalhadores, através dos diversos modelos em processos de trabalho, como o fordismo, taylorismo, keynesianismo, toyotismo, acumulação flexível e reestruturação produtiva.

Nos diferentes modelos de processos de trabalho, a forma de desenvolvê-lo e compreendê-lo passaram por radicais transformações e reestruturações. Na atual conjuntura, diante das novas configurações do mercado, agora mais volátil, competitivo e com estreitas margens de lucro, o enfraquecimento do poder sindical deu margem a contratos de trabalho mais flexíveis, repercutindo em extenuantes jornadas de trabalho, diminuição da estabilidade no emprego e um considerável aumento do trabalho parcial ou temporário.

Particularmente nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de *ser* e *existir* da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. [grifos do autor] (ANTUNES, 2000, p. 15)

O capital criou os produtos, a necessidade e o consumidor. O homem se inseriu numa lógica perversa, onde “seres-humanos” são desvalorizados, sem poder de participação ou mando de decisão. Como principal conseqüência vê-se trabalhadores cada vez mais “atomizados”, “alienados”, que reproduzem o discurso institucional sem sequer saber o que estão defendendo ou reproduzindo. Têm-se trabalhadores que não se reconhecem como produtores daquilo que eles próprios produziram, têm-se cidadãos sem direitos, têm-se desigualdade, têm-se fome, privações, necessidades, revolta e dor.

Desta forma, é possível perceber que o trabalho enquanto fonte de realização humana, por meio da criação, auto-realização, reprodução social e socialização do ser humano, tem se efetivado na sociedade capitalista com vistas a atender a racionalidade valorativa e lucrativa do capital, fundamentando e norteando sua manutenção, reprodução e acumulação.

Verifica-se uma completa subordinação das necessidades humanas e de manutenção da vida à reprodução de valor de troca, de compra e venda, onde as transformações ocorridas no mundo do trabalho exigem um novo padrão de comportamento, de sociabilidade e de ideais para atender às necessidades do capital.

Desta forma, o trabalho no modo de produção capitalista configura-se e se converte em meio de sobrevivência, como fator essencial para responder às necessidades variadas e a força de trabalho “livre” torna-se uma mercadoria.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. **O Serviço Social como trabalho**: alguns apontamentos sobre o debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Editora Cortez. nº 93 – ano XXIX – março de 2008.

GRAZIA, Giuseppina De. **Os trabalhadores do século XXI e seu “refazer-se” como classe**: utopia ultrapassada ou desafio atual. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Editora Cortez. Nº 93 – ano XXIX – março de 2008.

GONÇALVES, Rita de Cássia. **A Trajetória Laboral de Homens e Mulheres no Processo de Desligamento das Relações de Trabalho**. Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p: 45-70.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6ª ed. São Paulo, Brasil, 1992.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital. Volume 1. 10ª Edição. DIFEL Difusão Editorial S.A., 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Boitempo Editorial, 1998.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **Crise e Trabalho no Brasil**, modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

SILVA, Maria Isabel da. **A Centralidade da Categoria Trabalho e o Trabalho Docente Voluntário na UFSC**. Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. p: 76-118.

VIANA, Fernando. **Manual didático de pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Didática Paulista, 1997. p: 604.